



OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO Nº42 | ABRIL 2023 >>>



www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário
do Documento.

Como navegar?

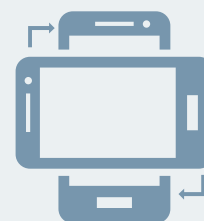
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são
hyperlinks que te levarão
para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações
e agendamentos.



Botão que indica visualização
de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos
ou documentos

Indica a numeração e a
navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Em Tapauá, indígenas Apurinã da Aldeia Trevo realizam primeira venda de óleo de copaíba do território para a Aspacs

10 Interior em Foco

- Castanha-da-amazônia e os desafios da cadeia de valor

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

17 Diálogos da BR-319

- Povos do sul do Amazonas marcam presença no ATL 2023

19 Ciência

- Ciência inclusiva na rodovia: a biodiversidade da BR-319 na língua indígena Tupi-Kagwahiva

21 Minuto BR



Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Este é o Abril Indígena mais importante dos últimos tempos! Pela primeira vez na história do Brasil, os povos originários puderam comemorar, oficialmente, o 19 de abril como o Dia dos Povos Originários.

Um passo importante para a decolonização da data e fortalecimento das suas lutas. O Amazonas está em peso entre os cerca de 6 mil indígenas, de diversos povos, que tomaram Brasília (DF) em mobilização por pautas pela demarcação e democracia, duas coisas que deveriam ser sinônimas no Brasil. Esta edição traz imagens e informações sobre o evento, que é o assunto da seção Diálogos da BR-319, especialmente “reativada” para isso. Não poderíamos deixar passar.

O Destaque do Mês é uma notícia que nos dá grande satisfação em anunciar: o início da comercialização de óleo de copaíba produzido em território Apurinã de Tapauá por um preço justo. A nossa felicidade é porque isso só foi possível a partir de um curso de boas práticas ministrado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Amazônia (Idesam) através do projeto Governança Socioambiental Tapauá. Os indígenas aprenderam técnicas de manejo adequadas, que prolongam a produção da resina pelas árvores e, ainda, são apropriadas para o padrão de qualidade exigido pelo mercado consumidor. O que torna a notícia ainda mais especial é que a Floresta Estadual (FES) Tapauá é uma das Unidades de Conservação (UC) mais desmatadas da área de influência da BR-319, com o fortalecimento do extrativismo

na UC a floresta em pé ganha importância para a manutenção do bem-estar de quem depende dela.

O Interior em Foco também fala sobre outra cadeia da socio-biodiversidade importante para a área de influência da rodovia: a da castanha-da-amazônia. Um estudo realizado pelo Observatório da Castanha-da-Amazônia (OCA) mostra a importância da valorização de todas as etapas desta cadeia e quando ela rende mais. É importante não perder de vista este tipo de informação, uma vez que a castanha é um dos produtos com maior potencial da bioeconomia na Amazônia.

A seção Ciência, traz, novamente, um artigo sobre a divulgação científica em língua indígena. Desta vez, o texto fala sobre três livros a respeito de cobras e sapos na região de Humaitá. Está imperdível! Por fim, não deixe de conferir os monitoramentos de desmatamento e focos de calor, além do Minuto BR.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles e Izabel Santos

Secretaria Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

Em Tapauá, indígenas Apurinã da Aldeia Trevo realizam primeira venda de óleo de copaíba do território para a Aspacs

Indígenas Apurinã da Aldeia Trevo, na Floresta Estadual (FES) Tapauá, vivem um momento histórico: o início da comercialização do óleo de copaíba extraído no seu território para a Associação dos Produtores Agroextrativistas Colônia do Sardinha (Aspacs).

O diferencial dessa transação comercial a negociação com preço justo. Isso só foi possível devido ao engajamento da Associação da União das Comunidades Indígenas do Trevo de Tapauá (Aucitt) para o aprimoramento de técnicas tradicionais de extração do óleo, usadas há gerações, com boas práticas que garantam a qualidade



Foto: Divulgação / Inatú Amazônia

Óleo de copaíba extraído de outras UCs do Amazonas comercializado pela Inatú Amazônia.

e a inserção do produto no mercado. A iniciativa é importante para locais como Tapauá, onde o desmatamento aumenta ano após ano, destruindo a biodiversidade e comprometendo a qualidade de vida de quem depende da floresta em pé para viver.

Tudo começou em 2022, quando 17 indígenas da Aldeia Trevo, sendo cinco mulheres e 12 homens, participaram do **curso Boas Práticas de Manejo de Copaíba** promovido pela Iniciativa de Governança Territorial, do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam). Eles aprenderam técnicas de extração de óleo de copaíba adequadas ao padrão de qualidade do mercado consumidor em atividades que intercalaram teoria, exercícios práticos, demonstração de uso de equipamentos e até medidas de segurança do trabalho.

“Os indígenas já sabiam do potencial de produção do território, mas não dominavam técnicas de manejo que assegurassem a qualidade da extração do óleo e nem a sustentabilidade da produção. Três meses após o curso, que foi realizado em outubro do ano passado, já recebemos a primeira remessa dentro do padrão adequado”, contou o secretário da Aspacs e membro da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), Rogério Apurinã. Ele apresentou os parâmetros de qualidade da Aspacs para a extração do óleo e garantiu a compra da primeira produção da Aucitt. “Nesse curso, a participação da Aspacs, foi na parte comercial, de garantia de compra e de um mercado mais justo”, descreveu Rogério. “A importância desse contato com os extrativistas é para valorizar e fortalecer o trabalho comunitário, que

não vai degradar o meio ambiente e nem causar prejuízos. E é uma garantia de trabalho até para gerações futuras com uma economia de base fortalecida, inclusiva e sustentável, por meio da promoção das cadeias de valor indígenas”, avaliou.

A ocasião contou, ainda, com um intercâmbio de experiências com a Iniciativa Estratégica Produção Sustentável, também do Idesam, para que os comunitários aprendessem a usar o aplicativo Cidades Florestais, que faz um diário de campo e ajuda na gestão das atividades produtivas. “Adotar as boas práticas de manejo, que contribuem tanto para a conservação das áreas de ocorrência da copaíba quanto para a melhoria da produção das copaibeiras, é uma das melhores práticas sustentáveis”, destacou Flávia Araújo, técnica florestal do Idesam que ministrou o curso de boas práticas. “Por isso, é muito importante seguir as orientações e as recomendações de conservação das áreas de ocorrência e monitoramento da produção de óleo-resina de copaíba”, completou Flávia.



Foto: Divulgação

Participantes do curso Boas Práticas de Manejo de Copaíba.

A ideia do Idesam é levar este curso para outras comunidades e aldeias, enquanto o projeto estiver em vigência, à medida que os moradores manifestem interesse. “O curso foi realizado nessa aldeia, primeiramente, devido ao grande interesse e mobilização dos indígenas para que a atividade de fato acontecesse. Além disso, faz todo sentido implementarmos projetos deste tipo em territórios onde os moradores já têm a cultura da extração da copaíba, que é uma atividade muito trabalhosa”, explicou Paula Guarido, coordenadora do projeto Governança Socioambiental Tapauá. “Em muitos casos, os copaibais estão a longas distâncias das comunidades e a atividade exige um grande esforço físico dos coletores”, completou.

“Um dos grandes objetivos da primeira fase do projeto foi fechar o ciclo dessa cadeia produtiva, desde a coleta até a comercialização com valor agregado em um produto de qualidade. Conseguimos apoiar a primeira venda para a Aspacs, o que ainda é pouco, mas é um começo importante. Ficamos muito felizes e motivados com esse resultado”, acrescentou Guarido.

A Aldeia Trevo é um dos territórios indígenas do povo Apurinã (Pup̃kary) localizados dentro da FES Tapauá, na margem direita do rio Ipixuna, onde vivem 27 famílias. Entre as atividades praticadas pelos Apurinã da Trevo estão a agricultura familiar, a caça, a pesca e o extrativismo.



Foto: Jonas Gonçalves / Idesam

GARANTIA DE COMPRA

Tantico, como é conhecido o agente de saúde Francisco Filho Braga de Souza Apurinã, foi um dos participantes do curso. Para ele, o melhor aprendizado foi saber que existem alternativas ao atravessador. “Aprendi como extrair o óleo de maneira adequada, como eu não sabia, assim como outros comunitários que também desconheciam a técnica. Além disso, este curso nos ajudou a tirar a figura do atravessador do processo de venda da copaíba”, contou Tantico. “O que aprendi vai me ajudar a buscar melhorias e um preço melhor pela nossa produção”, acrescentou. Ele também disse que acredita que a copaíba tem potencial para incrementar as finanças das famílias da aldeia. “A maioria dos moradores da comunidade tira copaíba, mas por época. Tem um período do inverno onde é mais fácil fazer a coleta, mas também temos a castanha, o açaí, a nossa roça com banana, cará, de tudo nós plantamos”, disse.

A mesma opinião otimista é compartilhada pelo cacique da Aldeia Trevo, Francisco de Assis Pereira da Silva Apurinã. “Fizemos um bom trabalho durante este curso. Foi uma boa oportunidade recebermos o Idesam. Agora, vamos seguir o que aprendemos e vamos trabalhar nesse projeto pela melhoria da vida da aldeia”, avaliou o cacique.



Foto: Jonas Gonçalves / Idesam

TODOS GANHAM

Embora o extrativismo seja uma prática tradicional, ele exige cuidado quando a intenção é comercializar o produto. “No caso da copaíba, a árvore tem que ter um tronco a partir de determinada espessura, o óleo deve ser colocado em recipientes limpos”, destacou Rogério. “Além disso, essa atividade permite que os indígenas fortaleçam a vigilância territorial, porque eles precisam andar por todo o território e, ainda, gera renda”, acrescentou Rogério Apurinã.

Rogério diz que o mercado da copaíba no Amazonas, hoje, é praticamente restrito a territórios indígenas, porque a exploração

intensa e desenfreada prejudicou a continuidade da atividade em outras áreas. “Ainda assim, o preço é bastante baixo, o que faz com que os extrativistas não invistam na copaíba, pois preferem a castanha ou pesca. Mas a Aspacs garante o pagamento de um preço justo aos produtores. E a FES Tapauá, assim como o restante de Tapauá, tem bastante potencial para a copaíba, por ainda ser um município bastante conservado e de difícil acesso”, garantiu o secretário da Aspacs. “É muito importante pra Aspacs chegar aos Apurinã de Tapauá, queremos torná-los referência, porque assim a gente mostra que é possível praticar um preço justo e gerar um retorno para as comunidades e avançar em outras cadeias”, finalizou.

A COPAÍBA

A copaíba é um dos remédios mais populares da medicina da floresta. Quem vive na Amazônia, desde criança, trata inflamações, machucados e até parasitas com seu óleo e o chá de suas folhas, que veem da suntuosa árvore que mede, em média, 30 metros de altura e vive até 400 anos. O óleo é extraído por uma perfuração feita no caule que, instantaneamente, perfuma o ambiente. Seguidas as boas práticas de manejo, a atividade é considerada sustentável, pois não há necessidade de derrubar a árvore, que logo se regenera e continua a produzir o óleo. Há gerações, esta prática é fonte de saúde e renda para os povos da floresta.

A coordenadora do **projeto Governança Socioambiental Tapauá**, Paula Guarido, explica que é necessário o aprimoramento técnico do manejo da copaíba para que as árvores continuem saudáveis e produzindo por muitos anos. “Hoje, muitos extrativistas não utilizam as boas práticas por falta de acesso a esse conhecimento, e isso pode comprometer a produção da árvore. É importante que as comunidades saibam mapear os copaibais, identificar as árvores que possuem o óleo, limpar e prepará-las para que só então sejam perfuradas”, disse Guarido. “Hoje, utilizamos recursos como os tubos de PVC, que garantem uma boa vedação do ponto perfurado e uma nova extração do óleo após alguns anos, sem a necessidade de nova perfuração”, destacou.



Óleo de copaíba sendo extraído da árvore.

O projeto Governança Socioambiental Tapauá é financiado pela *Rainforest Association* e tem como prioridade, a realização de projetos em Áreas Protegidas de Tapauá, como a FES Tapauá, uma Unidade de Conservação estadual. O curso Boas Práticas de Manejo de Copaíba contou com a parceria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM) para avaliação e aprovação da execução do projeto no local por meio do **Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2023**. Com o intuito

de apoiar os extrativistas nas atividades, o Idesam doou à Aucit materiais didáticos e técnicos e mais cinco quites com materiais e equipamentos para extração adequada e segura do óleo, e para o mapeamento dos copaibais. A equipe do projeto segue fornecendo apoio técnico aos participantes do curso e retornará à Aldeia Trevo para avaliar, de forma participativa, o andamento das atividades e para planejar as próximas ações voltadas ao fortalecimento da cadeia de valor da copaíba na região.



Interior em Foco

Castanha-da-amazônia e os desafios da cadeia de valor

Estudo publicado pelo Observatório da Castanha-da-Amazônia (OCA) aponta a necessidade de maior valorização dos atributos socioambientais da atividade.

A castanha-da-amazônia é coletada quase que exclusivamente por povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia, tornando a castanheira e seus frutos centrais na conservação da maior floresta tropical do mundo e na manutenção dos modos de vida das populações que a produzem. Mesmo movimentando mais de R\$ 2 bilhões por ano, o valor ‘invisível’ que a cadeia de valor da castanha-da-amazônia carrega não é considerado na remuneração dos castanheiros e castanheiras. É o que aponta o estudo “A Castanha-da-Amazônia: Aspectos Econômicos e Mercadológicos da Cadeia de Valor”, publicado pelo Observatório Castanha-da-Amazônia (OCA).

“O estudo buscou estimular o diálogo sobre questões que são fundamentais para a cadeia, como a valorização dela e das economias de base florestal, dos produtos e dos produtores extrativistas da Amazônia, mas especialmente as melhores formas para repartir os benefícios socioeconômicos dos envolvidos”, explica Renata Toledo, coordenadora da pesquisa que gerou o estudo.



Fotos Reprodução / Funai

A coleta da castanha é uma das principais atividades do extrativismo na Amazônia.

Considerando os principais elos e as etapas de comercialização, o estudo estima a movimentação anual mais de R\$ 2,3 bilhões, principalmente no atacado e no varejo, que respondem por R\$ 1,9 bilhão, 84% do total, seguidos das usinas processadoras, que movimentam R\$ 278 milhões, representando 12% do total do valor.

Por fim, as organizações comunitárias, povos indígenas e comunidades tradicionais que vendem a castanha in natura movimentam R\$ 99 milhões, representando apenas 4% do total movimentado na cadeia. “Os indígenas conservam a natureza. E isso não é valorizado pela maioria, como deveria ser. Estamos conservando a nossa terra

com nossos conhecimentos, nossa força, e nossa luta”, opina Maria dos Anjos, liderança da aldeia Novo Paraíso, da Terra Indígena (TI) Caititu, do povo Apurinã.

“Esse trabalho tem uma enorme importância para a gestão dos territórios. Temos que entender que esses territórios estão com a floresta em pé por causa do trabalho de ocupação territorial dos castanheiros e castanheiras”, explicou Diogo Henrique Giroto, coordenador do Programa Amazonas da Operação Amazônia Nativa (OPAN).

Apesar dos inúmeros atributos socioambientais que a castanha carrega, eles estão longe de ter um peso significativo na decisão de compra por parte do setor industrial e comercial, já que o preço é o principal fator para tomadas de decisão sobre compras nos elos finais da cadeia de valor. A depender da volatilidade de preços na safra da castanha, ela é substituível por outras nozes e castanhas que muitas vezes são plantadas em monoculturas e não possuem o mesmo valor socioambiental e cultural que a castanha-da-amazônia tem.

“Mudar o cenário não é fácil, mas ele não pode ser deixado para depois. A gente precisa melhorar a infraestrutura produtiva, comercial, logística, fazer o fomento adequado da produção, da gestão e da comercialização da castanha e, especialmente, dar o devido valor aos atributos socioculturais e socioambientais da castanha”, finaliza Renata.

QUER SABER MAIS?



➤ Ouça o Episódio 8 do podcast Raízes do Purus.

Este texto foi adaptado da versão original publicada no site do coletivo Raízes do Purus, uma iniciativa da Operação Amazônia Nativa (Opan), organização membro do OBR-319.



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



Monitoramento de Focos de Calor

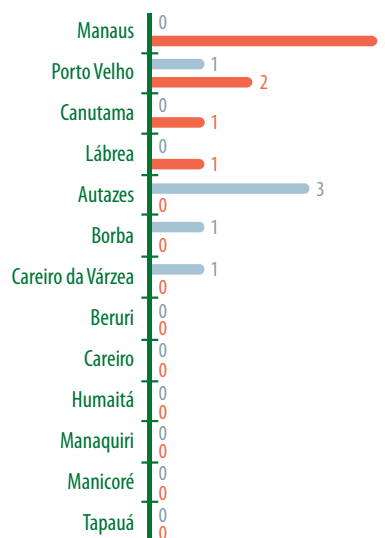
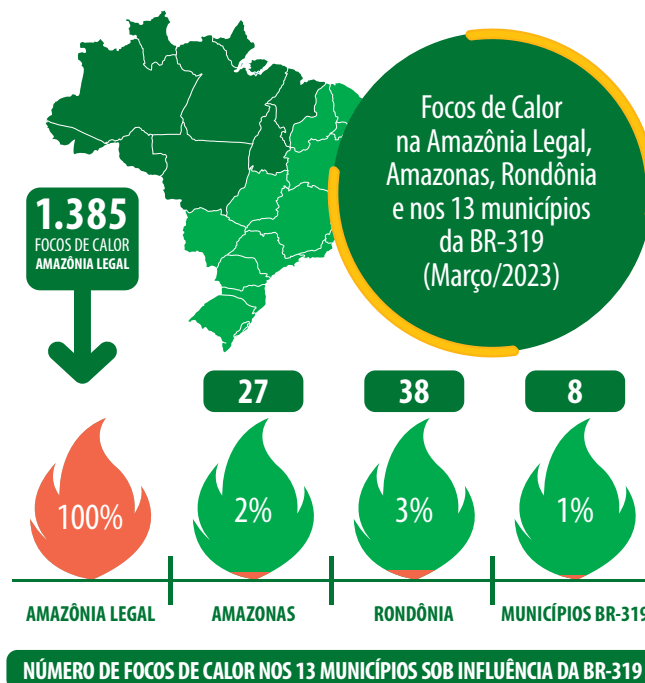
No terceiro mês de 2023, todas as regiões monitoradas pelo Observatório BR-319 apresentaram aumento no número de focos de calor em relação a março de 2022, os quais foram de: 78% na Amazônia Legal, 80% no Amazonas, 138% em Rondônia e 33% nos municípios da BR-319.

Quando observada toda a série histórica monitorada, de 2010 a 2023, Rondônia apresentou o maior número de focos de calor já registrado no mês de março, valor igual ao alcançado em março de 2020, quando o estado apresentou 38 focos de calor.

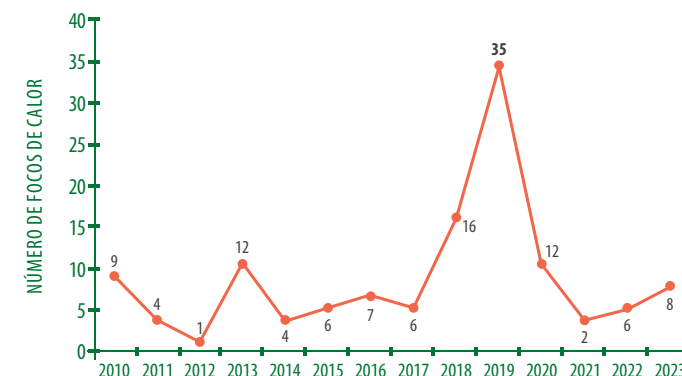
MUNICÍPIOS DA BR-319

Quatro, dos 13 municípios monitorados, apresentaram aumento no número de focos de calor em comparação ao mesmo mês do ano anterior. Foram eles: Manaus, que liderou o *ranking* com quatro focos; Porto Velho, com dois focos; seguido de Canutama e Lábrea, que registraram um foco de calor cada.

Autazes, Borba e Careiro da Várzea foram os municípios que tiveram redução no número de focos de calor quando comparado



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MARÇO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MARÇO DE 2023



a março de 2022, ambos não só reduziram como também não registraram nenhum foco para o mesmo mês em 2023, integrando, portanto, a lista de destaques positivos, junto de Beruri, Careiro, Humaitá, Manaquiri, Manicoré e Tapauá, municípios que não apresentaram focos de calor em março.

ÁREAS PROTEGIDAS

Dentre as Áreas Protegidas monitoradas pelo Observatório BR-319, duas Unidades de Conservação (UCs) tiveram focos de calor no mês de março. A APA da ME do Rio Negro - Setor Aturiá/Apuauzinho e a APA Tarumã/Ponta Negra, ambas registraram um foco de calor cada. Em relação às Terras Indígenas (TIs), foi registrado um foco de calor na TI Caititu para o referido mês.

1.4%

DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR

5%

DAS 42 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs
MONITORADAS

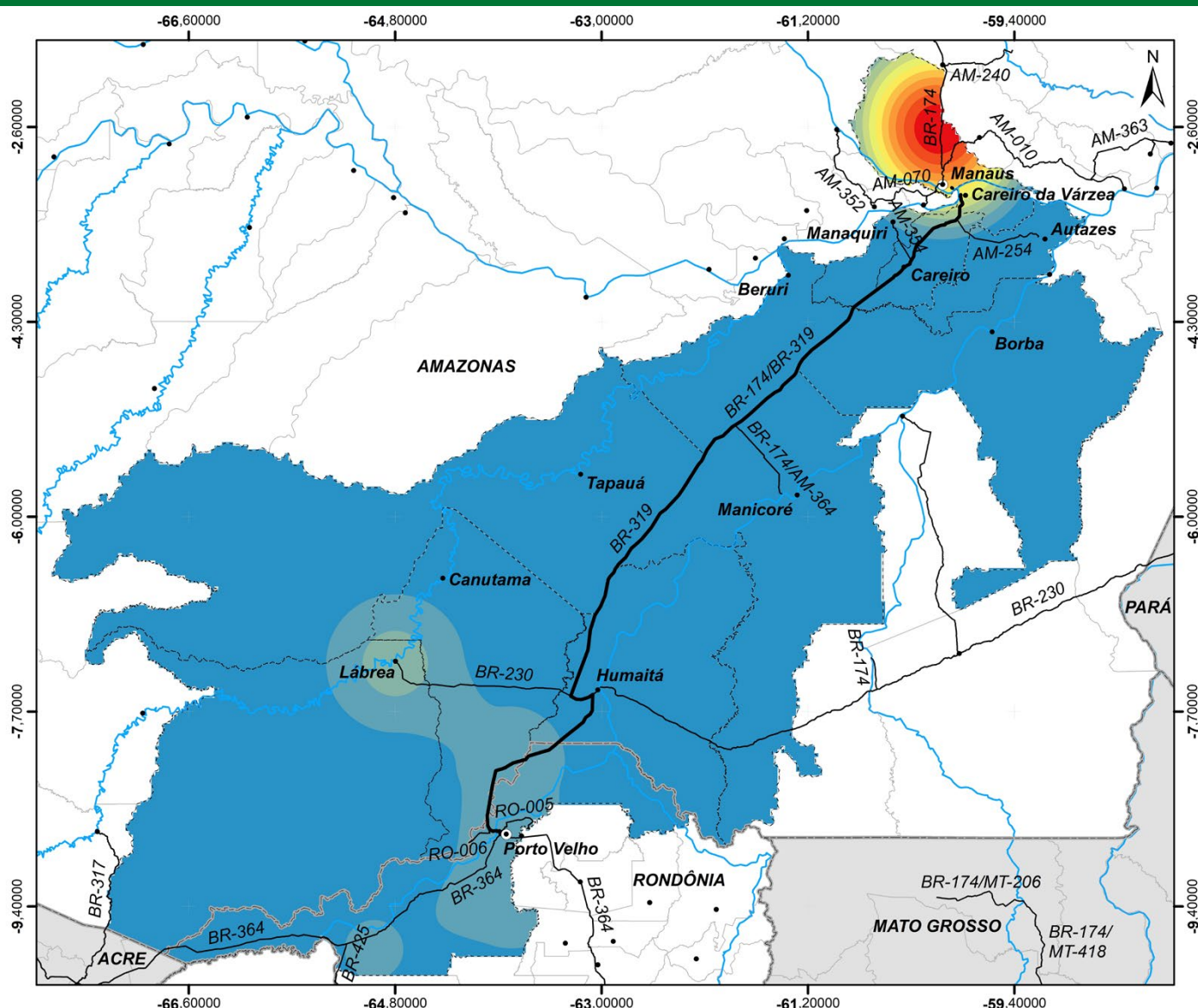


LISTA DE UCs
MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Março 2023





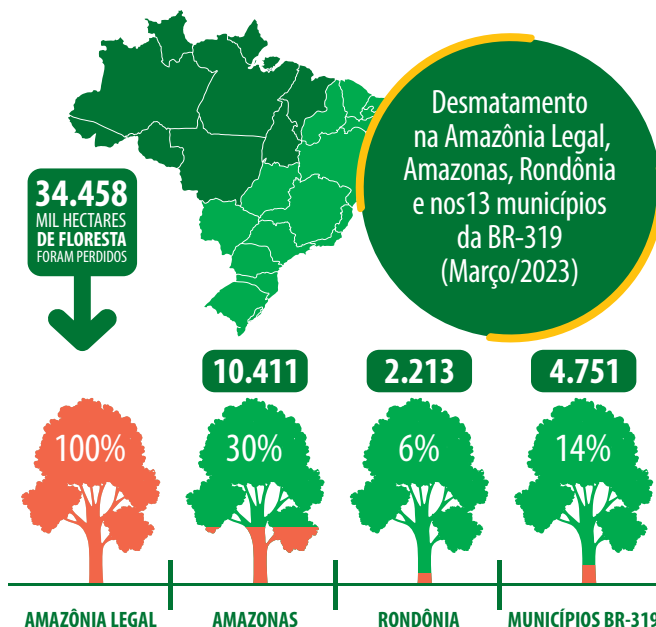
Monitoramento de Desmatamento

Em março de 2023, tanto a Amazônia Legal quanto o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram aumento no desmatamento em relação ao mesmo mês de 2022. Os aumentos foram de 180%, 780%, 509% e 305%, respectivamente.

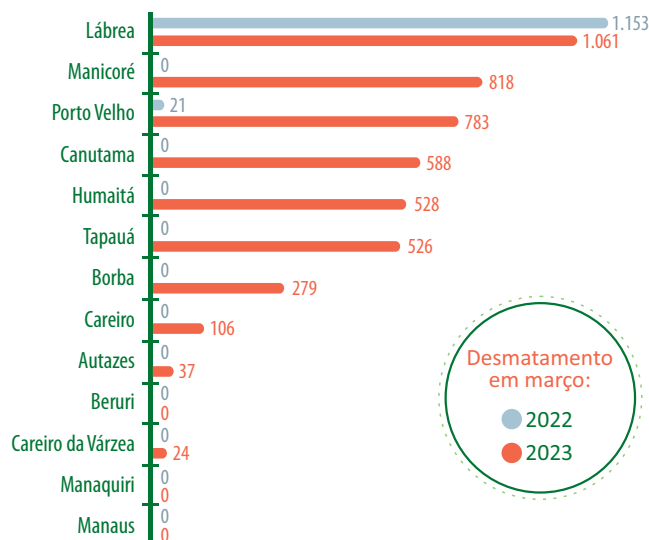
MUNICÍPIOS DA BR-319

Nove municípios, dos 13 monitorados, tiveram aumento no desmatamento em comparação a fevereiro de 2022. Somente Lábrea apresentou redução (8%), ainda assim, foi o município que mais desmatou em março de 2023, com 1.061 hectares (ha) de área desmatada, ficando na 4ª posição do *ranking* dos municípios mais desmatados na Amazônia Legal para o período.

Em comparação ao mesmo mês do ano anterior, Porto Velho (RO) teve destaque negativo e revelou um aumento significativo de 3.567% no desmatamento. Os municípios de Manicoré, Canutama, Humaitá e Tapauá também apresentaram crescimento expressivo em área total desmatada, pois saltaram do desmatamento zero em março de 2022, para mais de 500 ha desmatados em cada um desses municípios em março de 2023.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MARÇO DE 2023

AUMENTOU

- Manicoré (de zero para 818,25 ha)
- Porto Velho (3567%)
- Canutama (de zero para 588,24 ha)
- Humaitá (de zero para 528,08 ha)
- Tapauá (de zero para 525,70)
- Borba (de zero para 279,33 ha)
- Careiro (de zero para 106,10 ha)
- Autazes (de zero para 37,42 ha)
- Beruri (de zero para 24,08 ha)

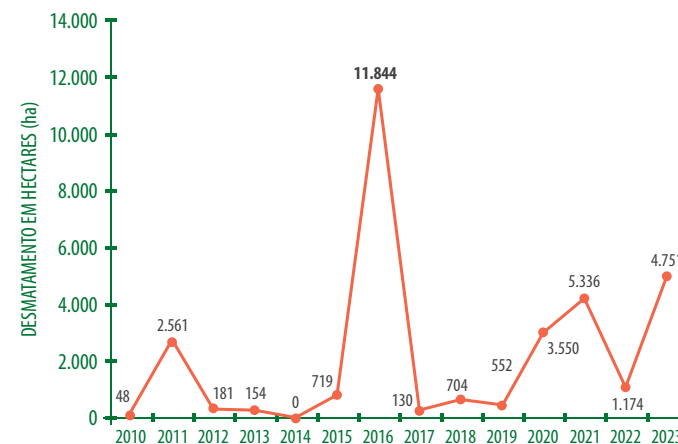
DIMINUIU

- Lábrea (8%)

DESMATAMENTO ZERO EM MARÇO/2023

- Careiro da Várzea
- Manauquiri
- Manaus

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MARÇO (2010 A 2023)



ÁREAS PROTEGIDAS

Uma Unidade de Conservação (UC) apresentou desmatamento, a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, que teve 169 ha desmatados e ficou na 3ª posição do *ranking* das UCs mais desmatadas na Amazônia Legal em março de 2023.

Em relação às Terras Indígenas (TI), três apresentaram desmatamento, a TI Jauary, que teve 3 ha desmatados, a TI Murutinga-Tracajá, que registrou 6 ha de área desmatada e a TI Tenharim Marmelos - Gleba B, que novamente entrou no *ranking* das TIs mais desmatadas em toda a Amazônia Legal e ocupou a 2ª posição no mês de março de 2023, com 91 ha de desmatamento.

4%

**DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
DESMATAMENTO**

2%

**DAS 42 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
DESMATAMENTO**



**LISTA DE TIs
MONITORADAS**

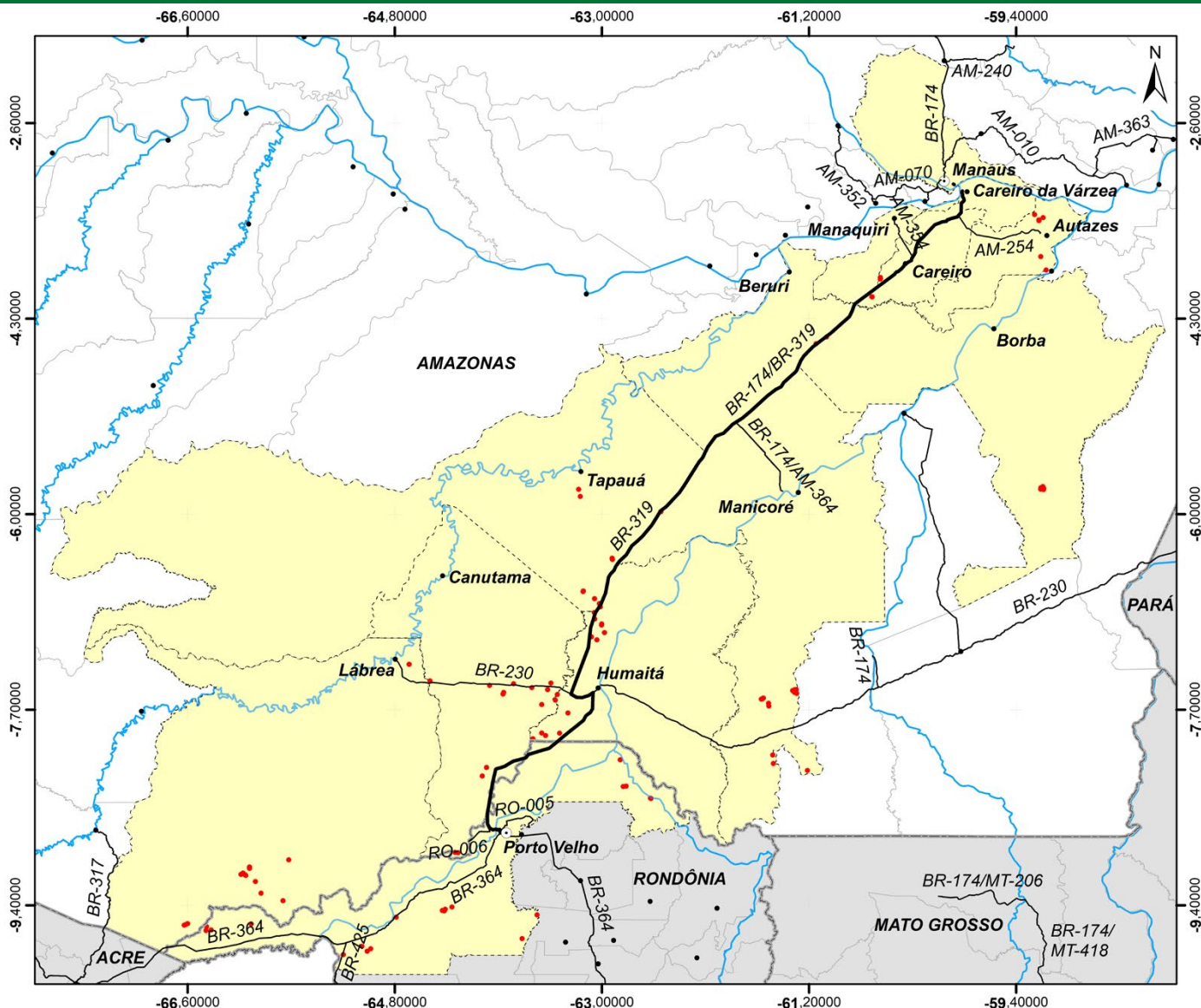


**LISTA DE UCs
MONITORADAS**



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Março 2023





Diálogos da BR-319



Povos do sul do Amazonas marcam presença no ATL 2023

Indígenas das calhas dos rios Madeira e Purus participaram do 19º Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília (DF).

Entre os povos estão os Tenharim, Parintintin, Jamamadi, Apurinã, Dijahui e Juma, e as organizações Apij, Opiam, Opia-pam, Opiajbam, Focimp, Opiaj, Apitipre e Apitem e, claro, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Com o tema **O futuro indígena é hoje**. Sem demarcação não há democracia!, a programação do evento contou mais de 30 atividades, divididas em cinco eixos temáticos: Diga o povo que avance, Aldear a Política, Demarcação Já, Emergência Indígena e Avançaremos. Os eixos contam com plenárias sobre mulheres indígenas, parentes LGBTQIA+, gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas, acesso a políticas públicas e povos indígenas em isolamento voluntário.

O cacique Adamor Mura foi uma das lideranças ouvidas durante as plenárias e falou sobre as invasões que a Terra Indígena Lago Capanã, em Manicoré, tem enfrentado. Segundo ele, os moradores do local já têm dificuldades para acessar os castanhais



Foto: Pure Juma / Coiab

Seis mil indígenas participaram do ATL 2023 em Brasília.

do território. “Os castanhais do local onde eu moro, estão se transformando em campos de soja e de gado”, relatou. “Hoje, o povo não consegue chegar ao castanhal dele, porque o madeireiro tá lá! Já fizeram três ramais subindo da BR-319, em direção ao [rio] Madeira. Eles soterraram a cabeceira de um rio e isso está causando uma grande seca [no território]”, disse acrescentando que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) já foi alertado sobre a situação, mas ainda não deu resposta.

Até o fechamento desta edição, havia a expectativa de que o presidente Lula (PT) assinasse a homologação de 14 Terras Indígenas (TIs) com processo de criação avançado, na lista constam duas do Amazonas: TI Uneixi, do povo Makoto Tukano; e a TI Acapuri de Cima, do povo Kokama. Durante a programação, de 24 a 28 de abril, aconteceram várias marchas e manifestações pela demarcação de terras. Os povos indígenas também decretaram estado de emergência climática. Além da Coiab, outras organizações membro do OBR-319 participaram do ATL, como IEB, WWF Brasil, Greenpeace Brasil, Opan, WCS e CNS.

SOBRE O ATL

O ATL é a maior assembleia dos povos e organizações indígenas do Brasil e acontece desde 2004. A mobilização surgiu a partir de uma ocupação realizada por povos indígenas do sul do país, na frente do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, que recebeu adesão de lideranças e organizações indígenas de outras regiões do país, principalmente das áreas de abrangência da Coiab e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste e Minas Gerais (APOINME).

Este texto foi produzido em colaboração com a jornalista Trícia Oliveira, do WWF – Brasil, e com informações do IEB e da Coiab.



Ciência

Ciência inclusiva na rodovia: a biodiversidade da BR-319 na língua indígena Tupi-Kagwahiva

Por **Sergio Santorelli Junior**¹

Um dos grandes desafios do cientista brasileiro é tornar público os seus resultados.

Na maioria das vezes, eles são publicados em revistas de língua estrangeira, geralmente em inglês que é considerada a língua universal da ciência acadêmica, o que limita o acesso às informações para uma parte da população. No Brasil, essa situação é um pouco mais crítica, pois vivemos em um dos países com a maior diversidade de línguas do mundo!

Além do português, existe uma variedade enorme de línguas indígenas faladas em todo o território nacional. No Sudoeste do Amazonas, uma das mais populares pertence ao tronco linguístico Tupi-Kagwahiva. Além disso, uma grande parte das florestas preservadas estão em territórios indígenas, e levar o conhecimento das universidades e institutos de pesquisa para os territórios é fundamental para ações que buscam conservar a biodiversidade amazônica.

Através das iniciativas do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração no Sudoeste do Amazonas (PSAM), da Universidade Federal do Amazonas — Campus Vale do Rio Madeira, de vários



Foto: Divulgação / Guia de Cobras de Sapos

pesquisadores, estudantes de pós-graduação e da comunidade indígena, foram publicados na língua Tupi-Kagwahiva, três livros que apresentam a diversidade de sapos, cobras venenosas e peixes que estão presentes em florestas na área de influência da BR-319.

No livro *Kurua Humaitá Kavyra Porá*, é possível conhecer a enorme variedade de formas, cores e hábitos dos sapos da região de Humaitá e o curioso caso da espécie popularmente chamada de sapo

–pipa. Já no livro *Moia Humaitá Kavyra Porá*, é feita uma introdução sobre as cobras venenosas mais comuns na localidade. Por fim, no livro *Pira Yae Rekwarupiva'ea* é demonstrada a diversidade de peixes que vivem nos igarapés e várias curiosidades, como a da espécie conhecida como peixe-borboleta. É sempre bom lembrar: estas publicações são conteúdos de divulgação científica e popularização do conhecimento produzido por cientistas junto à comunidade local, elas não devem ser usadas como qualquer tipo de orientação para justificar o contato com os animais sobre os quais falam. Isso quer dizer que: evitar o contato é sempre a melhor atitude para prevenir acidentes e evitar problemas, uma vez que animais silvestres não são, e não devem ser, animais domésticos.

Através dessas obras, esperamos compartilhar com os povos originários da Amazônia o conhecimento acumulado através de anos de pesquisas científicas. É provável que tenhamos mais conhecimento a receber do que a entregar, e transpondo a barreira da comunicação que existe entre os cientistas e os guardiões originários da floresta, podemos encontrar soluções mais efetivas para a conservação da mais exuberante floresta do planeta. O primeiro passo foi dado!.

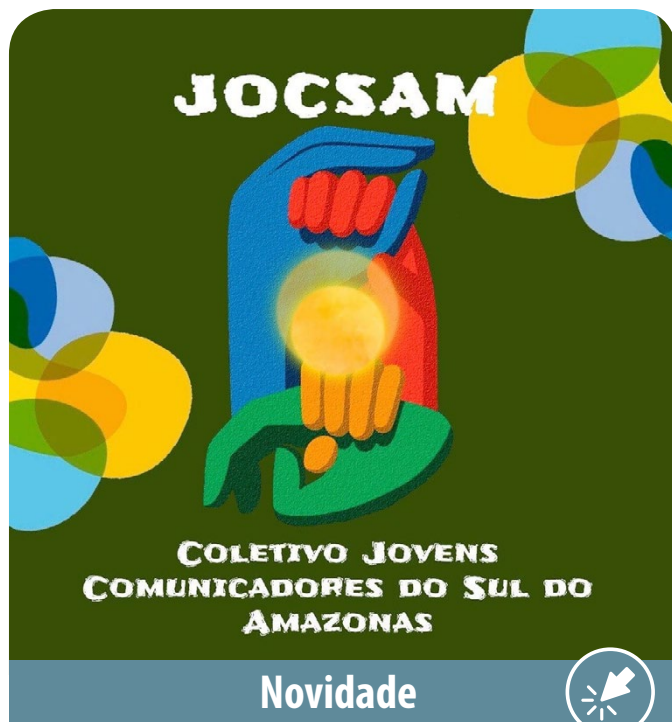
¹ Biólogo e pesquisador vinculado à Universidade Federal do Amazonas — Campus Vale do Rio Madeira na cidade de Humaitá, através do Programa de fixação de Recursos Humanos no Interior do Estado (FAPEAM — PROFIX Edital 009/2021).



NESTA EDIÇÃO

Minuto BR

Foto: Acervo / Igesam



A identidade visual do Coletivo de Jovens Comunicadores do Sul do Amazonas (Jocsam) foi reformulada! A mudança faz parte da estratégia do grupo para ilustrar e dar visibilidade à diversidade de territórios representados pelos integrantes do coletivo. De acordo com a então coordenadora do Jocsam, Emilly Peres, “a nova identidade visual foi pensada a partir de uma perspectiva representativa do sul do Amazonas”. “O fundo verde representa a floresta, as cores nas laterais representam a arara-canindé, enfatizando a importância da proteção ambiental. No centro da imagem, temos as mãos dadas, o que significa a união

do coletivo, e suas cores distintas representam a diversidade, o sol no meio das mãos representa a luz, força da juventude a partir da união de todos em prol de um mesmo objetivo”, explicou. Mas esta não é a única novidade no coletivo: mês passado, durante o V Encontro Anual da Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas (ADSSA), o professor Leon Vieira foi eleito novo coordenador do grupo. Como apoio, ele terá a colaboração das jovens Márcia Pinheiro e Joely Camurça.

Revisão



Sete municípios do Amazonas tiveram as suas áreas territoriais atualizadas, entre eles Humaitá e Manicoré que aumentaram 0.01 km² cada. Em 2021, o Amazonas contava com 1.559.167, 878 km² de extensão territorial. Com a utilização do IBGE, o território do Estado em 2022 passou a ser de 1.559.255, 881 km².



Foto: Ivina Garcia / Agência Amazônia



Foto: Carlos Durigan / WCS Brasil

Representação



A WCS Brasil foi uma das 13 organizações da sociedade civil brasileira escolhidas para integrar o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no novo Governo Lula, para o biênio 2023/2025. Para o diretor da WCS Brasil, Carlos Durigan, o assento no Conama permitirá o apoio a uma agenda positiva socioambiental em âmbito nacional. “Vivemos um momento de reconstrução deste importante espaço colegiado que é o Conama, cujo funcionamento adequado e a participação qualificada de todos os setores da sociedade se faz essencial neste momento crítico que vivemos, de retomada de importantes agendas temáticas socioambientais frente a tantos desafios globais, regionais e locais. Ficamos felizes em poder contribuir, ao lado de organizações parceiras, para esta missão tão importante”, ressaltou o ambientalista.



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Tayane Carvalho (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Tayane Carvalho (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // Camila Garcez, Fernanda Meirelles, Larissa Mahall Marinho,
Paula Carolina Paes Guarido e Tayane Carvalho (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



TRANSPARENCY
INTERNATIONAL
the global coalition against corruption



GREENPEACE

